

# O FAZEDOR DE UTOPIAS

UMA BIOGRAFIA  
DE AMÍLCAR CABRAL



António Tomás

LISBOA:  
TINTA-DA-CHINA  
MMVII

# ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	II
AGRADECIMENTOS	13
INTRODUÇÃO	21

CAPÍTULO PRIMEIRO	
<i>Entre a Guiné e Cabo Verde</i>	35

CAPÍTULO SEGUNDO	
<i>Os anos de Lisboa</i>	57

CAPÍTULO TERCEIRO	
<i>Engenheiro e militante clandestino</i>	83

CAPÍTULO QUARTO	
<i>Quebrar os muros de silêncio</i>	113

CAPÍTULO QUINTO	
<i>Uma frente única</i>	127

CAPÍTULO SEXTO	
<i>Modos de fazer guerra</i>	157

CAPÍTULO SÉTIMO	
<i>A questão cabo-verdiana</i>	181

CAPÍTULO OITAVO	
<i>Um Estado dentro da colónia</i>	193

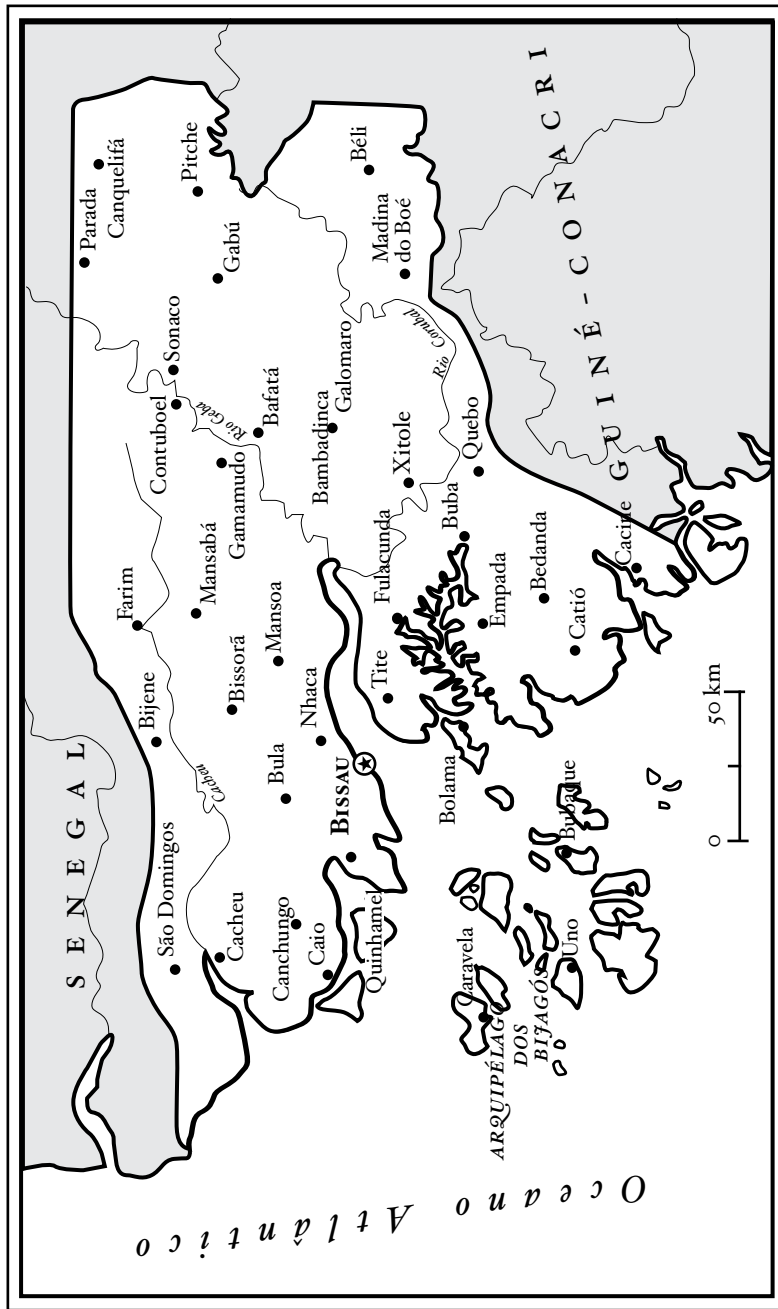
CAPÍTULO NONO	
<i>Ganbar na política sem perder na guerra</i>	213

CAPÍTULO DÉCIMO	
<i>Rumo à independência</i>	241

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO	
<i>O assassinio</i>	265

EPÍLOGO	
<i>(Des)continuar Amílcar Cabral</i>	287

NOTAS	309
FONTES E BIBLIOGRAFIA	329
ÍNDICE ONOMÁSTICO	339



## INTRODUÇÃO

ESTE LIVRO É PRODUTO DO SEU TEMPO E ESPAÇO: LISBOA, finais da década de 90 e princípios da seguinte. E a principal motivação que presidiu à sua redacção foi a minha própria procura de identidade, como angolano, africano, ex-colonizado e, na altura, a residir em Portugal. A minha busca nada tinha de original e muitas das perguntas que a mim próprio coloquei foram as mesmas que animaram debates, tomadas de posição e de consciência, rupturas, de outras gerações de jovens africanos, a residir igualmente em Portugal, como aquela de que fizeram parte Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Alda do Espírito Santo, Noémia de Sousa e muitos outros. Na angustiante busca sobre quem eram, se portugueses ou africanos, estes jovens encontraram respostas radicais, que os conduziram aos nacionalismos e à criação de novas identidades, como a angolana, a moçambicana, a guineense, a cabo-verdiana e a santomense. E se hoje, bem ou mal, sou o que sou, angolano, a eles também o devo.

Amílcar Cabral, mais do que qualquer outra pessoa dessa geração, acreditou num futuro melhor do que aquele que o colonialismo oferecia aos africanos, em particular cabo-verdianos e guineenses. Para isso, fundou o PAIGC e iniciou a guerra colonial na Guiné. Em nome desse futuro, ofereceu os melhores anos da sua vida e por ele morreu. Hoje, desaparecidas as utopias que animaram a luta por tais futuros, que lugar tem Amílcar Cabral?

Com a guerra colonial, Amílcar Cabral livrou os portugueses do enorme fardo que Salazar lhes tinha colocado sobre os ombros: civilizar África. Após 500 anos de presença em África, a maioria dos quais restringidos ao domínio das zonas costeiras, e depois de uma descolonização desastrosa, Portugal fechava-se num silêncio incómodo em tudo que ao passado colonial dizia respeito. Para aqueles que voltavam, de um modo geral, a prioridade estava em apagar da forma mais eficiente possível os traços de nascimento ou de longa permanência em terras africanas. Os *retornados*, para muitos dos que nunca tinham estado em África, eram, por um lado, os antigos privilegiados do sistema colonial e, por outro, traziam ainda o estigma que nos primeiros anos do Estado Novo tivera peso de lei: o de serem *brancos de segunda*.

Esta atitude em relação a África e aos provenientes de África começou a mudar a partir do início dos anos 90. A geração que, por causa da urgência das independências, tinha voltado a Portugal com os pais, ao chegar à fase adulta, começou a interessar-se pelo lado africano das suas histórias familiares. Por outro lado, estes anos foram igualmente marcados pela chegada à vida activa de uma outra geração de jovens portugueses, cujos pais, embora tivessem nascido na África portuguesa, e logo fossem portugueses, se tinham tornado, em virtude da fragmentação do império, não portugueses. Eram os da segunda geração ou, caridosamente, *afro-portugueses*.

A curiosidade dessa crescente população interessada em compreender o passado colonial coincidiu com, ou foi propiciada pelo, momento político em que se vivia. Portugal, após a integração na CEE, tinha-se tornado recipiente de dinheiros europeus, o que concorreu certamente para o surgimento de suportes institucionais, como o Instituto Camões e a CPLP, a partir dos quais se

tornou possível uma certa actualização do passado colonial português. Nenhuma destas instituições nasceu exclusivamente da vontade de agentes portugueses. A constituição da CPLP deveu-se mais à iniciativa brasileira, enquanto o Instituto Camões, fundado em 1992, surgiu no rescaldo de outras iniciativas europeias do género, como o Instituto Cervantes, aparecido em 1991. No entanto, tanto a CPLP como o Instituto Camões servem de condutores e suportes institucionais na reformulação do passado colonial que circula com a designação de política da língua portuguesa, ou simplesmente lusofonia.

Neste quadro, a lusofonia surge como modelo de explicação da resiliência do português nos trópicos. A língua portuguesa, unindo através de um passado comum pessoas de vários continentes, torna-se a prótese de reminiscências imperiais em torno das quais o passado se reactualiza, através de congressos, comemorações e outros gestos saudosistas. A lusofonia organiza-se em primeiro lugar para o exterior, já que, em nome deste passado, se pretende justificar um espaço que transforma Portugal e as suas colónias em parceiros económicos privilegiados. A bem ou a mal, diz o provérbio, em português nos entendemos.

No interior, a língua portuguesa servia de discurso explicativo do multiculturalismo. Ou seja, a lusofonia transformava o passado colonial em presente multirracial. Lisboa, pelo facto de nela habitarem representantes de todas as comunidades do espaço da língua portuguesa, era a prova actualizada do universalismo português. E o facto de, até à altura, não terem sido registados significativos atritos entre as comunidades imigrantes e as anfitriãs parecia justificar a harmonia social radicada no facto de os portugueses, como nenhum outro povo, terem sido talhados para a convivência com o «outro».

## CAPÍTULO SEGUNDO

### *Os anos de Lisboa*

**A**S CRISES ALIMENTARES QUE PERIODICAMENTE ASSOLAVAM O Arquipélago, matando milhares de pessoas, eram mais de natureza política do que meramente geográfica. Esta, pelo menos, é uma ideia que encontraria consenso entre a maior parte dos intelectuais cabo-verdianos de finais do século XIX e princípios do século XX. Ou seja, para estes, era mais a falta de vontade política do que a escassez das chuvas ou o perfil bastante acidentado de certas zonas do arquipélago — onde as águas corriam para o mar em vez de se acumularem em lençóis —, que explicava diretamente as crises. Uma política consciente deveria, deste modo, orientar-se para a tomada das medidas necessárias, como a construção de celeiros para o armazenamento de excedentes agrícolas e de diques e tanques para um melhor aproveitamento das chuvas. E deveria igualmente coordenar a prestação de socorro, quando, em última instância, não se conseguissem evitar as secas.

O povo cabo-verdiano, mais do que qualquer outro, percebia a relação entre política e vida ou, dito de outro modo, de como políticas acertadas poderiam salvar vidas. Mas esta relação não estava dissociada do próprio estatuto das ilhas. Ainda que os seus naturais estivessem envolvidos em vários domínios da administração, Cabo Verde era uma colónia que dependia de um poder central para serem encetadas políticas de fundo. Foi dentro deste quadro que, para alguns, a independência do arquipélago surgiu como a solução mais viável<sup>1</sup>. Mas, para outros, a solução era a inversa: era



DOCUMENTOS AMÍLCAR CABRAL/FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

*Amílcar Cabral (segundo a contar da direita) com amigos e colegas, entre os quais Marcelino dos Santos (segundo em pé a contar da esquerda), no Jardim da Estrela, em Lisboa. 21 de Março de 1948.*